

35º Encontro Anual da Anpocs

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e
construção de direitos

**“Atingidos por Mineração”:
Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira**

Luiz Jardim de Moraes Wanderley
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Somente nas últimas três décadas, a ciência mundial passou a discutir sobre os conflitos, as lutas, as injustiças e os impactos socioambientais das grandes corporações mineradoras contra os grupos atingidos nas localidades em que se instalam. Isso faz parte de um processo de aproximação dos intelectuais com ONGs ou com os próprios movimentos sociais opositores cada vez mais presentes (BRIDGE, 2004). Os conflitos, as resistências, as organizações e os protestos contra explorações minerais têm ocorrido e se estendido por vários países no mundo e, em especial, na América Latina.

Na América Latina, chamamos atenção especial para os casos do Peru e da Argentina, onde os impactos (contaminação da água, terra e deslocamentos compulsórios) e os conflitos em áreas de mineração levaram à emergência de mobilizações coletivas na forma de movimentos sociais que se opõem diretamente às atividades mineradoras e assumem identidades sociais diversas, porém relacionadas à questão mineral (COTARELO, 2005; SEOANE, 2006). Denominadas, por exemplo, de *Confederacion de las Comunidades Afectadas por la Minería* no Peru e o movimento *No a La Mina - Encuentros de las Comunidades Afectadas por la Minería de la Argentina*.

No mais, existem diversos movimentos de atingidos que lutam na escala local pelo não-prosseguimento dos empreendimentos ou por compensações frente aos danos territoriais e ambientais em países como: Guatemala, Chile, Equador, Gana, Turquia, Grécia, Inglaterra (*People Against Rio Tinto and Subsidiaries*), Austrália, Filipinas, Papua Nova Guiné, Índia, entre outros (BEBBINGTON, 2007; BRIDGE, 2004). ou poderíamos chamá-las ainda de movimentos de “atingidos por mineração”.

Na Amazônia, apesar da remoção dos moradores de em Barcarena, dos impactos sociais e ambientais ocorridos durante os grandes projetos em Oriximiná, dos conflitos em Carajás e do movimento dos atingidos por barragem em Tucuruí (embora apenas um destes casos seja parte de nosso estudo), na segunda metade da década de 1970 e no início da década de 1980, não se configuraram, nesta região, fortes movimentos de questionamento à ação das mineradoras ou de “atingidos por mineração”. O que existiu e existe na região são emergência ou fortalecimentos de movimentos sociais populares nas áreas sob influência das grandes corporações, que não se lançam a questionar diretamente o uso dos recursos minerais ou as práticas socioespaciais desenvolvidas pelas mineradoras.

É importante atentar para alguns novos movimentos sociais em formação no Brasil. Na região de Carajás, com forte apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra - MST, o Movimento dos Garimpeiros e Trabalhadores da Mineração, que ocupou algumas vezes, no ano de 2008, a estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Em escala nacional, e até mesmo com articulações internacionais, surge em 2010 os Atingidos pela Vale, que agregam diferentes atores sociais donde a Vale atua e que questionam desde a privatização da empresa, as relações trabalhistas e os impactos locais.

Na literatura acadêmica e na prática política no Brasil e especificamente na Amazônia, a categoria de “atingido por mineração” não tem sido uma classificação adotada, diferentemente do conceito de atingido por barragem, que vem sendo amplamente discutido a nível nacional e internacional na esfera política, empresarial e acadêmica. Além disso, constata-se que não existe, em âmbito nacional, um grande movimento de atingidos pela mineração ou que questione as mineradoras. No caso mineral, a noção “atingido por mineração” não é diretamente uma categoria social em disputa, que pretende a legitimação de direitos e de seus detentores por determinados grupos sociais (VAINER, 2003).

Levando em conta esse nosso estranhamento referente à não existência de um forte movimento de “atingidos por mineração” na Amazônia brasileira e a observação de recentes mobilizações populares em regiões minerais, resolvemos discutir a natureza dos conflitos. Estes parecem estar mais para conflitos fundiário-territoriais do que para conflitos no campo da mineração ou no âmbito ambiental. Julgamos que, ao aproveitarem a visibilidade da presença de uma grande empresa mineradora, os movimentos populares, para serem vistos e terem ouvidas suas reivindicações, se transfiguram de movimentos ambientais ou de movimentos contra as ações e interesses das grandes empresas mineradoras. No entanto, não perdem de vista seus interesses, sejam de regularização de terras ou de assegurar-se-lhes o acesso à terra e aos recursos naturais e recursos básicos para sobrevivência, embora os problemas com as corporações mineradoras e as questões de ordem ambiental não sejam regionalmente desprezíveis.

Sobre o problema em questão, os conflitos derivados das reestruturações socioespaciais da exploração mineral na Amazônia, nos perguntamos: Existe uma relação direta entre o empreendimento mineral e as organizações sociais e mobilizações políticas que emergem ou em fortalecimento? Seriam os grandes projetos mineradores os principais potencializadores de conflitos e, por conseguinte, das ações sociais?

Acreditamos que dois fatores estão relacionados a essas transformações sociais em curso. Primeiro, a atividade mineradora provoca uma série de conflitos por seus impactos e ameaças socioambientais e territoriais. Estes conflitos e impactos provocam mobilizações dos grupos sociais atingidos. Os indivíduos atingidos, até então desorganizados, ao experimentarem a situação de atingidos, se mobilizam para manter seus modos de vida e seus domínios territoriais ameaçados. Por outro lado, as corporações se articulam para defender seus investimentos e interesses de exploração dos recursos minerais.

Segundo, a instalação de um grande empreendimento provoca uma série de institucionalizações. Ou seja, espaços antes periféricos e desprovidos de visibilidade se tornam o centro de interesses regionais, nacionais e globais, atraindo diversas instituições públicas e privadas. Neste processo, os grupos locais tendem a se organizar ou consolidar socialmente, fortalecendo-se para que possam negociar com as novas instituições (empresas, ONGs, órgãos do Estado, universidades, etc.).

Não estamos defendendo que as mineradoras são, necessariamente, a gênese dos movimentos sociais nas áreas em que atuam. Mas, sim, que elas deflagram conflitos sociais que provocam mobilizações sociais e dão maiores visibilidades aos atores sociais locais, o que acaba por fomentar ou fortalecer as organizações sociais dos atingidos. Portanto, essas organizações estão intimamente relacionadas aos processos de conflitos, exclusão, opressão e injustiças vividos coletivamente nas regiões minerais, concebendo a unidade social dos atingidos, ou unidade de mobilização¹ (ALMEIDA, 2004). A assimetria de poder em relação à mineradora, aliada às relações preexistentes de solidariedade e de comunidade vivenciadas no lugar, permite a emergência e consolidação dos movimentos populares em área de mineração na Amazônia.

Cabe ainda ressaltar a existência de uma conjuntura política favorável e a presença de instituições articuladoras/mediadoras que dão condição à emergência destes movimentos. A redemocratização política pós-ditadura e a emergência do ambientalismo, por exemplo, são fundamentais para a consolidação dos movimentos populares em área de mineração na Amazônia. O primeiro fator permitiu que os grupos, até então oprimidos e com resistências esparsas, se organizassem, fundando instituições representativas

¹ Segundo Almeida (2004), unidade de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos não necessariamente homogêneos, que se aproximam por circunstâncias das intervenções estatais – políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias - ou das ações empreendidas ou incentivadas pelo Estado – obras de hidrelétricas, estradas, mineradoras, usinas, portos, etc.

locais; o segundo fator - o ambientalismo - reforçou o poder de barganha dos atingidos, tornando-se uma das principais territorialidades utilizadas.

Portanto, podemos considerar, para fins analíticos, que, se não existem movimentos sociais de “atingidos por mineração”, pelo menos há especificidades nos movimentos localizados em área de mineração. São organizações compostas, majoritariamente, por grupos sociais pobres, que se mobilizam e/ou se formam a partir dos conflitos deflagrados na relação contraditória e dialética com as corporações mineradoras. Elas não se contrapõem, obrigatoriamente, ao grande projeto mineral e podem lutar por indenizações ou pela inclusão no crescimento econômico regional. Salientamos que os processos potencializadores e deflagradores dos movimentos populares foram desencadeados por impactos e mudanças reais e/ou virtuais promovidas pela mineração industrial, reconfigurando as relações de poder e os arranjos territoriais. Além disso, a empresa mineradora será o ator hegemônico regional e, assim, a instituição a ser pressionada, culpada e questionada pelas condições ou transformações sociais e ambientais na região.

Para desvendar os processos referentes aos movimentos sociais em conflito com grandes mineradoras, foram selecionados dois projetos de exploração de bauxita: o da empresa Mineração Rio do Norte – MRN, cujas atividades se situam no município de Oriximiná – PA desde 1976; e o Projeto Juruti da ALCOA – *Aluminum Company of America*, em processo de instalação, com estimativa de início das atividades de extração em 2008, no município de Juruti – PA. Os dois empreendimentos estão localizados na região do Baixo Amazonas e são resultados do planejamento público e privado em períodos de conjunturas políticas, econômicas e de mercados bem distintos.

Movimentos sociais e Conflitos na Amazônia

Contemporaneamente há autores apontando para uma conjuntura de desmobilização e imobilismo social, onde as organizações da sociedade civil, se desvairam, instaurando uma crise representativa, caracterizada por agregados inorgânicos de individualidades e manifestações esparsas (SCHERER-WARREN, 1993). Segundo essa corrente, a descoletivização e o individualismo se firmam no processo de exclusão, desemprego, concorrência, pobreza, violência e insegurança social da sociedade moderna do risco (CASTEL, 2005; SENNETT, 1999). Neste momento, os trabalhadores e outros

grupos oprimidos estariam aprisionados à escala local e limitados no embate contra o poder de articulação e deslocalização das grandes corporações transnacionais. Estas, em algumas situações, passaram a utilizar como estratégia a chantagem locacional (ACSELRAD et al, 2004), potencializando a relação desigual de poder entre o capital e atores locais. No local, todos tendem a se oprimir, temendo perder os empregos, os *royalties*, os impostos, etc., e acabam abandonando os direitos, as conquistas e as lutas sociais, o que pode culminar na desarticulação das instituições representativas e dos movimentos sociais populares, levando-os a conseqüente burocratização.

A vida social sob essa perspectiva liberal generaliza-se numa concorrência entre grupos de interesses corporativos particulares, que não se preocupam com problemas gerais/universais. Nesta mesma linha, Touraine (2006) apontou para o desaparecimento do “social” provocado pela ruptura dos laços sociais e pelo triunfo do individualismo desorganizado, que levou à destruição da própria categoria “movimento social”, selando o fim da sociedade de produção e das lutas sociais. No entanto, acreditamos que vivemos um momento de transição das velhas instituições de ativismo social para novas formas de ação e novos projetos dos movimentos populares (ZIBECHI, 2002). A sociedade das redes, como mostra Castells (1999), tende a ser a sociedade das massas, onde as ações coletivas se tornam cada vez mais generalizadas em espaços reais e virtuais.

Assim, mudaram-se a maneira de se interpretar os conflitos sociais e, também, o jeito dos grupos se organizarem nas relações de poder. Os mediadores clássicos - partidos políticos e sindicatos de classe - se enfraqueceram com a rápida difusão dos meios de informações e telecomunicações, deixando de ser os protagonistas da história social. Há, porém, uma reaproximação da base social por meio de ações coletivas voltadas para a realidade local. Ou seja, elas são produto dos problemas sociais do espaço vivido, comumente abandonados por partidos e sindicatos. As mobilizações ressurgem da base, na forma de micromovimentos - ou movimentos de base, organizações de base comunitária ou popular, grupos de intervenção social e grupos-movimentos, mas se articulam em múltiplas escalas, inclusive a global, ao ressignificarem e incorporarem as demandas gerais da sociedade moderna - ecologia, etnia, direitos humanos, reforma agrária, etc. (GOHN, 1997).

A base social não é um meio, mas um fim em si mesmo, cuja gênese se encontra no compartilhamento das situações de exclusão, opressão e subordinação vivenciadas num mesmo espaço geográfico e num mesmo tempo histórico (ZIBECHI, 2002). Os

novos tipos de mobilizações, organizações e ações da sociedade civil, especialmente na Amazônia, encontram-se totalmente imbricados com os territórios coletivos e com as conseqüências das mudanças nos arranjos e nas conjunturas socioespaciais e de poder. Se antes os movimentos populares e, conseqüentemente, os conflitos que os envolviam, se davam num contexto de disputa por cidadania e por direitos civis nas relações de trabalho, neste novo momento as lutas se deslocaram de uma reivindicação em nome do cidadão e do trabalhador (TOURAINÉ, 1989) para a defesa, mas não somente, de uma coletividade restrita definida pelo existir, disseminando ainda mais os conflitos sociais por toda parte.

A característica deste atual período não é uma ruptura na estrutura do conflito, composta pela dialética entre opressores e oprimidos e dominadores e dominados, que se materializam na tomada de consciência dos atores subordinados. As novidades encontram-se na diversificação das formas de interpretar, sentir, viver e reagir aos conflitos, por meio da adoção de novas conotações, como a de conflito ambiental ou cultural, por exemplo; e através de organizações sociais resultantes da sociedade em rede. Todavia, os movimentos estão cada vez mais territorializados (RIBEIRO, 2005).

Emergem, em vários pontos da América Latina, um grande número de movimentos populares formados por diferentes indivíduos, que assumem identidades comuns, por experimentarem conjuntamente a condição de oprimido, de excluído e de atingido pela mesma relação de poder, ou mesmo ator hegemônico (ZIBECCHI, 2002). Estas coletividades se colocam em movimento, na busca individual por liberdade, re-existência e, majoritariamente, poder. Os lugares controlados pelos movimentos populares - espaços opacos e alienados dos homens de tempo lento - se transformam em espaços de solidariedade e territórios de resistência no conflito contra o poder hegemônico (SANTOS, 2004).

As mobilizações civis latino-americanas e, especificamente, as amazônicas vivem um momento de re-conhecimento cultural, revalorização da preservação da natureza, re-existência dos povos tradicionais oprimidos e exaltação das diferenças e identidades, como demonstraram as obras recentes de Santos et al (2003, 2005), Alvarez et al (2000), Gonçalves (2005), dentre outros. Nas últimas décadas, os movimentos sociais latino-americanos apresentam, em seu corpo social, majoritariamente, indivíduos das classes populares, havendo uma hegemonia dos movimentos populares, que lutam por necessidades e direitos básicos para sobrevivência - terra, casa, comida, recursos naturais,

equipamentos coletivos básicos, etc. (GOHN, 1997). Contudo, os movimentos sociais não são exclusivos dos grupos e classes pobres que demandam transformar suas realidades de opressão, desigualdade e exclusão social.

Os movimentos sociais populares insurgentes na Amazônia e no Brasil são organizações civis em defesa da cidadania e dos direitos sociais e ambientais, como os grupos de desterritorializados, expropriados e sem terra: os movimentos de trabalhadores rurais sem terra, os atingidos por barragens, estradas, bases militares, mineração ou outro grande projeto; os grupos étnico-culturais (populações tradicionais ou povos da floresta): movimento quilombola, indígena, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, mulheres agricultoras etc.; e ainda os movimentos associados à problemática ambiental: ambientalista, justiça ambiental, deserto verde, atingidos por barragem, etc. Cabe ressaltar que um único movimento pode assumir mais de uma identidade, objetivos de luta ou discursos.

Na Amazônia brasileira, os movimentos populares procuram transformar o modelo opressor, preconceituoso, ambiental e socialmente degradante, excludente e desigual da sociedade moderna industrial. São organizações formadas por indivíduos pobres que querem, acima de tudo, ser respeitados enquanto sujeitos políticos capazes de desenhar uma nova geografia e escrever uma nova história. Assim, reivindicam demandas específicas - terras, reconhecimento cultural, recursos naturais, assistência e acesso aos serviços básicos -, muitas vezes restritas às localidades em que vivem, mas que, ao mesmo tempo, significam algo mais amplo, como o direito à cidadania e à justiça social e ambiental. Em suma, clamam por liberdade, justiça e igualdade e lutam para modificar as relações desiguais de poder e as estruturas socioespaciais que os aprisionam.

As atuais bandeiras de luta destas organizações podem representar, também, um sintoma da crise dos velhos sistemas de representação através dos partidos políticos e sindicatos de classe (SCHERER-WARREN, 1993). Os “povos da floresta”, por exemplo, redefiniram o sentido de cidadania, sendo este os direitos materiais e simbólicos sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Ou seja, são formas democráticas de gestão dos recursos de uso comum, associadas à liberdade de manter suas próprias práticas socioculturais, símbolos e identidades territoriais. Os conflitos nos quais se envolvem podem ser interpretados na perspectiva dos conflitos ambientais, pois vão além dos conflitos fundiários/territoriais, por estarem intimamente associados aos modos de significação e uso dos recursos naturais.

No espaço concreto, “*os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas*” (FERNANDES, 2000 p. 60), representando um dos pólos das relações de poder, que disputam o controle sobre o espaço geográfico. Todo movimento social, uns mais outros menos, se materializa de alguma forma no espaço geográfico, procurando, por meio de suas ações e objetos, reestruturar, territorializar e ressignificar os espaços e as relações sociais de poder em seu favor, a partir de seus projetos político-ideológicos. Deste modo, alteram os limites da ação e rearranjam os limites territoriais (SOUZA, 2006). Por isso, os conceitos território e territorialidades são centrais na compreensão dos movimentos sociais, como salientou Souza:

(...) a análise do espaço social, na qualidade de território, de espaço definido por e a partir relações de poder, e o exame das territorialidades (isto é, dos tipos de organização e arranjo territorial) deve ser articulada com a compreensão do espaço como “lugar” (no sentido específico do espaço vivido/percebido, dotado de significado, em que a questão do poder figura indiretamente, pois, na qualidade de referencial simbólico e afetivo para um grupo social, converte-se o espaço em alvo de cobiça ou desejo de manutenção do controle), assim como não podem deixar de interessar as formas espaciais e o substrato espacial (2006: p. 317).

O “*Espaço e dinâmica política são indissociáveis. Tanto no sentido do político, isto é, das relações e instâncias de poder existentes na sociedade, quanto da política, ou seja, do questionamento das instituições e normas estabelecidas, na base do conflito e da negociação*” (SOUZA, 2006: p. 318). Desta maneira, compreendemos os movimentos sociais intrínsecos à idéia de sistemas de ação sociais, pois estes se materializam por meio de suas práticas políticas no espaço geográfico, criando fatos políticos novos para pressionar os órgãos públicos ou as instituições privadas e para adquirir algum tipo de barganha na negociação. Se por um lado, essas ações sociais desvelam à sociedade sua natureza desigual, preconceituosa e opressora, por outro, expressam a existência dos conflitos sociais, das resistências e de projetos alternativos.

Não entenderemos, então, os movimentos sociais enquanto parte estruturada ou estruturante da realidade, ao exemplo das classes sociais, mas como processos políticos, práticas sociais e sistemas de ações em permanente construção e em constante movimento, produto das estruturas e conjunturas existentes na sociedade (SCHERER-WARREN, 1993). Consistem em processos históricos e geográficos decorrentes das experiências de lutas sociais e das condições conjeturais, que acabam por definir a

emergência, permanência, dimensão e eficácia dos ativismos sociais (GOHN, 1997). Os movimentos populares são sujeitos coletivos que almejam executar seus contra-projetos por uma *territorialidade autônoma* (que engloba desde a gestão democrática do território e dos recursos dentro de seus limites, das relações sociais as quais vivenciam, até a proteção do próprio território que utilizam e simbolizam), para então, reestruturar os arranjos e conjunturas socioespaciais em diferentes escalas e intensidades (SOUZA, 2006).

O antagonismo nas relações de poder gera os conflitos e as lutas sociais, além de impor uma lógica e um padrão sobre os processos sociais. As situações de conflitos significam uma experiência social coletiva, mesmo quando não se expressam em conscientizações coletivas ou em formas visíveis de mobilizações. Os indivíduos não estão reunidos *a priori* em organizações da sociedade civil. As pressões e coerções exercidas pelo poder não podem ser resistidas coletivamente sem referência a alguma experiência comum – uma experiência vivida de relações desigual de poder, ou mais particularmente, de conflitos e lutas inerentes às relações de dominação (WOOD, 2003).

É em meio a experiências vividas que toma forma a consciência social, e com ela a disposição de agir de forma organizada. Podemos dizer, portanto, que o conflito está dialeticamente relacionado às organizações sociais. Tanto no sentido de que as formações dos movimentos sociais pressupõem uma experiência de conflitos e de luta, que surge das relações de poder e nas mudanças socioespaciais e ambientais, quanto no sentido de que as estruturas em “forma de classes” - quem exerce o poder e quem é dominado - deflagram conflitos e lutas sociais (WOOD, 2003).

As relações desiguais de poder e os impactos socioambientais são processos nos quais oprimidos ou “atingidos” vivem e percebem sua situação social - mesmo que primeiramente de forma individual. A partir destas experiências vividas, os dominados ou as vítimas dos impactos deixam de ser apenas vítimas da estrutura social, tomando consciência de sua situação experienciada em comum, e tendem a entrar em conflito com seus “agressores”. No processo de conflito, quando os movimentos populares enfraquecem a classe dominante, os dominados reencontram ou reconstróem uma subjetividade libertada de sua inferioridade, levando-os a reivindicar seus direitos. Estes indivíduos, tratados como meros objetos, se tornam sujeitos da ação, ao adquirirem a vontade de escapar às forças, às normas, às regras e aos poderes opressores, entrando conscientemente em conflito numa ação coletiva (TOURAINÉ, 2006).

O Movimento Quilombola em Oriximiná

A Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná - ARQMO é uma associação formada por 32 comunidades de remanescentes de quilombos, divididas em oito associações com referências territoriais – áreas demarcadas ou pretendidas. As associações territoriais são pré-requisitos para titulação coletiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Instituto de Terras do Pará - ITERPA e podem agregar uma ou mais comunidades. Cada associação territorial se responsabiliza pelo controle e gestão de um território titulado ou pretendido, mantendo o vínculo institucional com a ARQMO. A ARQMO, com sede na cidade de Oriximiná, centraliza e hierarquiza as funções de representação, articulação, captação e implantação de projetos de desenvolvimento nas comunidades.

Todavia, nem todas as comunidades de Oriximiná estão vinculadas à ARQMO. Existem quarenta comunidades no município. Uma delas é a comunidade de Cachoeira Porteira, que fundou, em 2002, a Associação de Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira -AMORCREQ – CPT, movimento dissidente do ARQMO em Oriximiná.

A história dos negros do Trombetas é repleta de conflitos, relações de opressão e lutas vividos coletivamente em busca da proteção e da consolidação dos territórios, como foram: a fuga da senzala, a formação do quilombo Maravilha e seus subseqüentes territórios alternativos no século XIX, a luta na Cabanagem contra o escravismo, a relação de subordinação ao patronato castanheiro, a dependência do sistema de aviamento, e a submissão frente aos madeireiros. Nas últimas décadas, os conflitos e lutas foram travados contra as políticas de desenvolvimento estatal e os interesses capitalistas com grandes projetos de mineração, hidrelétricos e preservacionistas. Os laços histórico, familiar e de solidariedade construíram no Trombetas uma estreita relação e identificação entre as comunidades rurais negras. Por tal relação poder-se-ia demarcar no vale um só território quilombola, uma “homogeneidade” cuja origem remete ao mesmo quilombo ancestral.

Fundada em 1989, a ARQMO serviu para fortalecer as comunidades negras e defender seus direitos no enfrentamento dos interesses dos atores sociais hegemônicos, que se impuseram no planejamento territorial do Trombetas. Sendo assim, podemos

entendê-la enquanto resposta de um dos grupos sociais oprimidos aos impactos e às transformações decorrentes das políticas públicas e privadas de desenvolvimento territorial desde a década de 1970, com destaque para os projetos de mineração²:

A ARQMO surge como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 1970, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte, que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e ainda o aumento no número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros (ARQMO, 2005)³

Os conflitos territoriais contra as corporações nacionais e transnacionais – como a MRN, ALCOA, Grupo Ludwig, XINGU S.A. e ELETRONORTE - foram os principais elementos da luta dos quilombolas e, portanto, estão na gênese do processo de mobilização social. Isto é, o movimento quilombola em Oriximiná emerge do processo de conflito deflagrado pelas mineradoras e suas políticas territoriais para a região, no qual os quilombolas são “atingidos”, principalmente, por perdas territoriais e de acesso a recursos naturais.

Com a ameaça sobre os territórios de uso comum promovida pelos interesses econômicos de grande porte (mineradoras, hidrelétricas e preservacionistas), há a emergência de algumas ações mobilizadoras e questionamentos, num processo de tomada de consciência (THOMPSON, 1981) mediado pela Igreja Católica. A partir das Comunidades Eclesiásticas de Base e por meio da utopia da Teologia da Libertação, difundidas amplamente na década de 1960 na América Latina, foi possível conduzir o processo de mobilização e organização social dos grupos oprimidos em Oriximiná frente aos conflitos deflagrados pelos megaprojetos de desenvolvimento autoritários e excludentes. Para tanto, incitou a fundação ou a tomada das instituições sindicais e a organização em associações representativas capazes de lutar pelo direito a permanência na terra. No período de repressão e imposição dos governos militares, eram as redes sociais e técnicas dos católicos na Amazônia que ecoavam os apelos dos negros contra as

² Devemos ressaltar que os remanescentes de quilombos não foram os únicos a sofrer com os impactos das políticas regionais, outros povos tradicionais, como a tribo indígena Kaxuyana do rio Cachorro que, removida pelo projeto hidrelétrico, perdeu a luta contra o interesse capitalista no Trombetas. Este grupo foi isolado mais ao norte e sem expressar qualquer resistência significativa.

³ Extraído do site www.quilombo.org.br em maio de 2008.

práticas violentas dos órgãos ambientais e contra as expulsões provocadas por grileiros e empresas capitalistas, por meio da Rádio Rural e da Comissão Pastoral dos Direitos Humanos Regional Santarém (Comissão Justiça e Paz).

No entanto, no período militar, as redes sociais destes tipos de grupos étnicos na Amazônia não possibilitavam o exercício do poder de pressão perante a força do Estado nacional. Isto, conseqüentemente, enfraquecia a força popular nos embates travados no campo de disputa territorial contra as grandes corporações. As defesas dos movimentos populares não eram firmes, pois a resistência era desmantelada constantemente pela repressão e violência da polícia do Estado ditatorial, ficando restritas ao âmbito da floresta. Por outro lado, as grandes corporações, por estarem sustentadas por redes de interesses capitalistas transnacionais, conseguiam exercer o poder sobre o território, sobre a população e sobre os recursos, com total respaldo e apoio das instituições públicas, as quais, muitas vezes, elas controlam localmente.

Após os subseqüentes atos de repressão e as derrotas amargadas pela ocupação territorial da MRN e a consolidação da REBIO do Trombetas, que resultaram na expulsão de algumas famílias de suas terras e na perda de acesso aos recursos naturais, os negros se mobilizaram com maior veemência contra a futura ameaça que se desenhavam nos anos de 1980 – o projeto ALCOA e a hidroelétrica de Cachoeira Porteira.

A derrocada do regime militar e a transição para a Nova República provocaram um processo nacional de generalização de lutas sociais no campo e sua diversificação geográfica e social assumidas nas várias contradições com o capital (GRZYBOWSKI, 1987). A última Constituição impulsionou a emergência de diversos movimentos populares em defesa dos direitos étnico-territoriais. Aceitamos a tese de que o processo social de afirmação étnica dos remanescentes de quilombos não surgiu a partir da denominação criada juridicamente em 1988. Ele seria um produto histórico das mobilizações, dos embates e das lutas sociais pretéritas, que impuseram socialmente as denominadas terras de pretos, mocambos, lugar de preto, dentre outras denominações. Deste modo, o dispositivo constitucional constitui um resultado no processo de conquistas (ALMEIDA, 2004).

Apoiados pela campanha da fraternidade sobre raça da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1988, as Igrejas, o Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA) e as comunidades rurais negras do Pará, com destaque para os negros do Trombetas, realizaram o I Encontro Raízes Negras, na comunidade de Pacoval

em Alenquer. No encontro deu-se início ao resgate da cultura negra rural amazônica e intensificou-se a luta contra a hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Em 1989, no II Encontro, organizado em Oriximiná, na comunidade de Jauari, os remanescentes, já mais politizados e organizados, juntamente com sua base de apoio, decidiram fazer do encontro um marco político. Fundou-se ali a ARQMO, como meio de luta contra a opressão dos negros e pela defesa do território no Trombetas, Cuminã e Erepecuru (ANTUNES, 2000). Com a institucionalização do movimento, teceram-se novas alianças nacionais e internacionais contra a hidrelétrica, o IBAMA e na luta pela terra, traçou-se um novo rumo para o movimento quilombola do Trombetas.

A ARQMO foi o resultado de um racha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, cuja divergência se travou na estratégia dos negros de direcionarem mais as lutas por titulações coletivas e por políticas específicas para os quilombolas, com enfoque na reconstrução da cultura negra. Podemos inserir esse processo na teoria dos novos movimentos sociais, onde alguns autores apontam para uma mudança do caráter dos movimentos de uma perspectiva de classe para enfoque étnico-cultural (GONH, 1997; SCHERER-WARREN, 1993; TOURAINÉ, 1989; 2006). Assim, atores políticos mais holísticos, como os sindicatos, perdem espaço para novas instituições de defesa de direitos mais específicos, interligadas às lutas do cotidiano, como as associações de cunho étnico. Neste momento, se abandona o velho conceito ideológico de classe camponesa e se politizam novas denominações calcadas no lugar - seringueiro, castanheiro, ribeirinho, quilombolas, etc. (ALMEIDA, 2004).

Entre as comunidades negras já existia um sentimento de grupo construído no bojo das resistências coletivas pretéritas e recentes nas terras de pretos. Nas últimas décadas, essa unidade se potencializou com os conflitos contra as ações autoritárias dos projetos mineradores, ambientais e hidrelétricos. O respaldo constitucional da definição remanescente de quilombos e dos direitos à titularização das terras ocupadas, em 1988, fortaleceram ainda mais a idéia de formação de uma entidade de defesa étnica, separada das lutas sindicais. Os quilombolas precisavam enrijecer-se enquanto unidade de mobilização, pois eram eles os grandes ameaçados pelos megaprojetos na região. Deste modo, há um afastamento natural do Sindicato Rural de Oriximiná, que mantém o apoio às lutas quilombolas. O distanciamento se torna um abismo a partir das novas alianças supralocais tecidas pelos negros e das vitórias alcançadas nas décadas seguintes.

Na década de 1990, a ARQMO, com o apoio da ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP - partiu para ofensiva contra os abusos do órgão ambiental e da Polícia Federal - PF na REBIO do Trombetas, que perduravam por mais de dez anos. Aproveitando-se das novas redes sociais e da democratização política, os negros passaram a utilizar as vias institucionais como meios de lutar. Assim, apresentaram as denúncias junto ao Ministério Público Federal. Como resposta, abriu-se uma Ação Civil Pública contra a PF e realizou-se uma reunião com autoridades do IBAMA em Brasília. Pretendendo uma gestão ambiental menos militarizada e mais humanizada, como propunha a Constituição de 1988, o órgão acenou para a retirada da PF, o abrandamento da repressão e a flexibilização das normas do território.

Tabela 2: Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais nos Entornos Minerais

Território Rural	Município	Número de Famílias	Extensão (ha)	Situação Fundiária
Território Quilombola Boa Vista	Oriximiná	112	1.125,0341	Titulado pelo INCRA, em 1995. Área restrita, entre o Projeto da MRN e a Flona Saracá-Taquera
Território Quilombola Água Fria	Oriximiná	15	557,1355	Titulado pelo INCRA, em 1996.
Território Quilombola Trombetas	Oriximiná	138	80.887,0941	Titulado pelo INCRA e ITERPA, em 1997
Território Quilombola Erepecuru	Oriximiná	154	218.044,2577	Titulado pelo INCRA, em 1998, e pelo ITERPA, em 2000; Sobreposto pela Estação Ecológica do Grão-Pará, em 2006.
Território Quilombola Alto Trombetas	Oriximiná	182	61.211,96	Titulado pelo ITERPA, em 2003; Sobreposta pela Flota Faro, em 2006.
Assentamento ACOMTAGS	Oriximiná	1.430	25.000	Demarcado pelo INCRA, em 2007, mas está sendo contestado pelo MPF.
Assentamento Juruti Velho	Juruti	1.998	109.551	Demarcado, em 2006, mas encontra-se em litígio com os proprietários da Vila Amazônia e possui áreas de interesse mineral.
Assentamento Nova Esperança	Juruti	90	3.574	Demarcado pelo INCRA.
Assentamento Socó I	Juruti	400	35.946	Área demarcada pelo INCRA em 1997; a ferrovia da ALCOA atravessa os limites do assentamento.

Fonte: ARQMO, ITERPA e INCRA.

Além disso, promoveram manifestações e passeatas em espaços públicos, resistindo contra os projetos minerais e energéticos que ameaçavam novamente seus territórios sagrados. Transformaram a audiência pública da ALCOA, em 1991, num momento histórico para a luta e resistência dos negros, explicitando o desgaste e o desagrado com as políticas territoriais provenientes da ação da MRN e firmando sua proposta alternativa ao planejamento territorial.

Hoje, a ARQMO apresenta uma rede social multiescalar e consolidada. O fortalecimento local foi seguido pela articulação regional e global, que deu maiores poderes para os quilombolas do Trombetas. Ela é uma das entidades negras rurais mais fortes da Amazônia, com grande poder de influência na Malungo – Associação das Comunidades Quilombolas do Pará – e importante oponente da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.

No nível internacional, os quilombolas assessorados pela CPI-SP, em meio aos conflitos ambientais-territoriais que se seguiram nas décadas de 1980 e 1990, se posicionaram no sentido de dar maior visibilidade às injustiças sofridas em favorecimento do interesse capitalista e do crescimento econômico. Com financiamento de entidades internacionais, os quilombolas, em 1990, em Paris, no Tribunal sobre “Povos da Floresta”, fizeram um apelo pela titularização das terras e contra os megaprojetos e, em 1992, no Rio de Janeiro, montaram um estande na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecidas como ECO-92 e RIO-92), tudo articulado pelas redes sociais de ONGs.

A força do movimento se reproduz na prática. Em Oriximiná, as comunidades remanescentes vêm sendo assistidas por diferentes políticas públicas de cunho étnico. O município se tornou um caso excepcional na conjuntura atual das políticas públicas étnico-raciais no território nacional. Além de ter sido o primeiro município a receber uma titulação quilombola em 1995, a comunidade de Boa Vista, hoje com cinco territórios quilombolas titulados, detém a maior dimensão territorial titulada do país, com 361.825,48 ha, o que representa mais de 68% das áreas tituladas no Pará e mais de 40% das áreas tituladas no Brasil. Ou seja, os quilombolas do Trombetas e Erepecuru são o

maior aglomerado quilombola titulado, assim como o maior número de famílias contempladas pela política de territórios quilombolas no Brasil, totalizando 601 famílias⁴.

A magnitude dos dados sobre as conquistas dos quilombolas de Oriximiná surpreende qualquer um, e suscita algumas questões sobre a relação das conquistas negras rurais, a efetiva presença estatal e a mega-atividade mineral. Por que, exatamente, se titulou a primeira terra no Pará, especificamente em Oriximiná, enquanto o movimento negro maranhense detinha um debate muito mais amadurecido e instituições mais consolidadas? E por que Boa Vista, uma pequena comunidade a menos de 1km do portão de Porto Trombetas, cujo território encontrava-se sobreposto à Floresta Nacional Saracá-Taquera? Seria uma singela coincidência a presença de grandes transnacionais, um forte movimento social e a atuação freqüente do Estado na forma de políticas de titulação de territórios quilombolas e assentamentos rurais, acrescidas de recursos financeiros, discrepando-se do restante do território nacional e, principalmente, das políticas rurais na Amazônia?

A tese aqui defendida é que a presença da grande empresa mineradora, associada à importância do volume financeiro mobilizado por ela, cria uma situação de centralidade que acaba por impulsionar as políticas públicas - não-divergentes aos interesses do capital minerador - e a formação ou consolidação de fortes movimentos sociais combativos. Esta centralidade oferece aos movimentos sociais em área de mineração outra visibilidade, adquirindo uma nova importância regional, que lhes permite propagar suas insatisfações, tecer redes de alianças em múltiplas escalas, fortalecer a luta e, assim, conquistar significativas vitórias – vide o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e dos Indígenas em Carajás, ou dos quilombolas em Oriximiná (COELHO, 2007).

Nesta perspectiva, Coelho (2007) salienta que a emergência de territórios de assentados, quilombolas e indígenas na Amazônia Oriental não pode ser entendida como uma simples estratégia da empresa mineradora ou do poder público, com o intuito de controlar o acesso aos recursos naturais e a dinâmica populacional, nem apenas como o reflexo da força dos movimentos sociais e seus apoiadores. São, portanto, processos sociais não-planejados, que entrelaçam os diferentes atores e interesses presentes no

⁴ Os dados acima apresentados foram retrabalhados das informações contidas no monitoramento das comunidades quilombolas no Brasil, desenvolvido e disponibilizado pela Comissão Pró-Índio, São Paulo, de agosto de 2006, no site www.cpis.org.br/terras/. Segundo este levantamento, alguns resultados nos serviram de base: o total de áreas tituladas nacionalmente foi de 889.755,3247 ha., o total do estado do Pará foi, de 527.139,30 ha..

espaço geográfico da área de mineração. Sendo ao mesmo tempo uma forma de a empresa assegurar o controle sobre o entorno mineral e uma consolidação dos direitos à terra reivindicados pelas comunidades rurais.

Negociações e Reivindicações no Lago Sapucúá

O lago Sapucúá em Oriximiná engloba mais de 16 comunidades, cujo vínculo de parentesco as une fortemente. O processo de ocupação do lago tem mais de duzentos anos, com a mistura de índios, negros e brancos, cujo primeiro registro data do início do século XX. A expansão da ocupação do lago se deu pelo crescimento das famílias que fundavam novos sítios na beira do lago e igarapés e pela ocupação de novos migrantes, alguns, possivelmente, ex-soldados da borracha. No lago, as comunidades não são fechadas em características étnicas, como as comunidades quilombolas. Ou seja, estão abertas à entrada de novos integrantes, razão por que existem moradores migrantes das últimas décadas do século XX, mas a grande parte da população é de ribeirinhos/caboclos descendentes de migrantes nordestinos de terceira e quarta geração.

Somente em 1998, surgiram as primeiras associações no Sapucúá, a partir do trabalho político conduzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, aliado à pressão do IBAMA, que pretendia organizar os indivíduos nas áreas de amortecimento da FLONA Saracá-Taquera e nas proximidades das futuras áreas de lavra da MRN. Até então, as famílias do Sapucúá promoviam suas atividades agroextrativistas e de pequena pecuária sem qualquer problema ou regulação no território.

As conquistas territoriais da ARQMO demonstraram aos outros grupos tradicionais de Oriximiná a importância da mobilização social e, especialmente, a relevância de uma associação representativa para a consolidação dos direitos sociais e territoriais. As experiências de luta e as conquistas territoriais quilombolas tornaram-se referências em relação à possibilidade e importância de se travarem lutas pelos títulos coletivos da terra, e não por restritas demarcações individuais.

Em 2001, a MRN iniciou seu projeto de expansão da planta industrial para exploração do platô Almeida e Aviso, localizados ao sul de Porto Trombetas. Era a primeira vez que a empresa saía do seu eixo inicial de exploração, o rio Trombetas, e se deslocava para os platôs voltados para o sul, e cujos cursos d'água drenam diretamente para o lago Sapucúá.

A Igreja e o STRO⁵ promoveram algumas discussões nas comunidades que seriam atingidas, especialmente a Boa Nova, situada nas proximidades e com uso freqüente do platô Almeida. O discurso empenhado pelo STRO e pela Igreja defendia a não-privatização dos territórios de uso vital para a subsistência das comunidades ribeirinhas. O STRO tentou ainda propor um acordo pela demarcação e titulação das terras, acrescido da elaboração de um projeto de desenvolvimento rural financiado com 2% da receita oriunda da extração do platô Almeida.

Os moradores da Sapucúá encontravam-se totalmente excluídos das ações do poder público: não possuíam títulos das terras e, assim, não detinham qualquer direito jurídico concreto sobre elas, além de estarem precariamente incluídos ou totalmente excluídos do acesso às políticas públicas para a agricultura. As sociedades dos caboclos sempre estiveram excluídas da sociedade amazônica. Diferentemente de outros povos da floresta, cujas identidades estão de alguma forma mais bem definidas, os caboclos ribeirinhos, por sua heterogeneidade de modos de vidas e de origens culturais, não assumiram uma identidade coletiva própria. Neste sentido, as sociedades caboclas seriam consideradas os “restos”, isto é, os não-quilombolas, não-indígenas, não-seringueiros, não-quebradeiras de coco, não-etc. O próprio termo caboclo é enunciado pelos outros (os exteriores) de forma pejorativa e não com o sentido de identidade social coletivamente construída.

No Sapucúá, as divergências de interesses e os impactos não se transformaram em conflitos declarados entre os atingidos e a corporação mineradora. As comunidades não se encontravam num nível de mobilização e conscientização que os levasse a defender uma proposta própria ou a proposta do Sindicato. De fato, não houve a formação de um movimento constituído por indivíduos atingidos do lago Sapucúá. O que existiu foi um sindicato dos trabalhadores rurais “combativo”, colocando-se como instituição legítima de reivindicação dos caboclos atingidos e pondo-se a lutar por uma resolução mais justa dos impasses, em alguns momentos até desconectados das vontades dos atingidos.

⁵ O STR de Oriximiná foi fundado na década de 1970, atrelado aos interesses assistencialistas das famílias tradicionais grandes proprietárias de terra e à estrutura administrativa municipal. Em meados dos anos oitenta (1980), formou-se a Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, com o incentivo político e financeiro da Igreja Católica, em resposta ao antigo controle patronal, processo que ocorreu em outras áreas da Amazônia. Após um ano de embate, os trabalhadores e pequenos proprietários assumiram o controle da entidade, que, atualmente, detém a maior representatividade no meio rural - com filiados em todas as comunidades. A Igreja não tem mais a mesma influência na entidade, mas ainda é um aliado primordial nas lutas travadas, em especial contra mineradoras.

Teoricamente, tudo indicaria que, nos casos analisados, os sindicatos rurais estivessem ausentes dos conflitos em área de mineração, limitando-se às atribuições burocráticas do poder público (disponibilizar o acesso a benefícios como aposentadorias, créditos, assistências técnicas, etc.). Contudo, não foi o que observamos no caso do Sapucaá, onde o sindicato rural se colocou como principal defensor e articulador de um grupo cuja identidade não está bem definida: os caboclos ribeirinhos. Pode ser que esta seja uma exceção possibilitada pela formas de atuação e pelo nível de consciência dos líderes sindicais em Oriximiná, já que, tanto no caso quilombola como em Juruti, os sindicatos exercem um papel secundário, perdendo forças para organizações étnicas, de base e ONGs.

Durante a audiência pública, em 2002, sobre a expansão do platô Almeida na sede do município, o STRO organizou uma manifestação que, dentre outras coisas, questionava os riscos presentes na exploração mineral (devastação das matas e perigos para os cursos d'água); clamava por mitigações e compensações pelas perdas socioambientais; delatava a ausência da participação do Ministério Público; a deslegitimidade do conselho diretor da Floresta Nacional Saracá Taquera; e, por fim, indagava sobre o futuro da região e dos povos da floresta.

É recorrente, nos embates públicos sobre os conflitos em áreas de mineração, que as empresas sejam colocadas como forasteiras, como *out-siders* pelos grupos que desejam defender seus direitos territoriais. Assim fizeram os quilombolas, na década de 1990, na audiência pública da ALCOA, ato repetido pelos atingidos no Sapucaá e em Juruti. Os atingidos questionam o direito ao desmatamento da mineração, que inviabiliza seus modos de vida agroextrativistas, e exigem justiça social e ambiental.

Por falta de coerção social, a idéia de “atingido” ficou restrita à comunidade de Boa Nova, não incluindo todas as comunidades do lago Sapucaá. Aquela comunidade acabou sucumbindo às ofertas da MRN e do Estado. Deste acordo surgiram algumas medidas compensatórias, como a construção de barracão na comunidade, a instalação de microcisternas de água, a contratação de alguns moradores, a compra de sementes nativas dos coletores locais, a compra da produção agrícola e a implantação de alguns programas sociais da empresa ou em parceria com a prefeitura, voltados para a geração de renda.

Visando controlar a exaltação dos ânimos estimulada pelo STRO no Sapucaá, em 2003, a mineradora procurou atender o principal anseio dos atingidos: a regularização das terras. Para tanto, a MRN se comprometeu a arcar com os custos da demarcação e

conseguiu trazer o ITERPA e o INCRA à região, para cadastrar as famílias. Neste cadastramento, com assessoria do Sindicato aos técnicos dos órgãos, confirmou-se o interesse da grande maioria da população em titular coletivamente as terras.

Frente a essa demanda pela titulação coletiva e seguindo o exemplo da ARQMO no município, o STRO organizou as comunidades, no intuito de criar a ACOMTAGS. Esta associação representa a articulação das comunidades do Sapucaá, com o objetivo de consolidar um território único. Isto é, a ACOMTAGS representa, neste primeiro momento, apenas um pré-requisito para a titulação coletiva da terra, não se tratando de um movimento político contra a exploração mineral ou pela reforma agrária.

A atuação ativa do STRO, as referências vitoriosas da ARQMO e o incentivo do IBAMA, do INCRA, ou até mesmo da MRN, provocaram, no entorno da mineração em Oriximiná, um processo de institucionalização das comunidades rurais pela consolidação de grandes associações territoriais nos últimos vinte anos. Assim, podemos constatar a passagem de uma forma de organização socioespacial assentada em cada comunidade rural (divisão por povoado) para uma organização de conjuntos de comunidades definidas por agregações étnicas, de familiaridade ou por referencial espaciais comuns (os lagos, por exemplo), que redefinem os novos limites territoriais dos povos tradicionais amazônicos.

No entorno mineral de Oriximiná, contabilizam-se mais de seis associações, dentre quilombolas à ARQMO e AMORCREQ – CPT; e associações dos caboclos ribeirinhos: a ACOMTAGS, ACOMCUT – Associação das Comunidades do Médio Curso do Trombetas, ACOMEC – Associação das Comunidades da Área Erepecuru e Cuminá e ACPLASA – Associação das Comunidades de Pescadores Rurais do Lago Sapucaá, dentre outras de menor expressão regional.

O modo de organização socioespacial passado foi definido pela ação da Igreja Católica, desde a década de 1970, com a formação de Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente, a formação das novas organizações populares é incentivada por sindicatos, ONGs, igrejas e outras instituições que defendem a apropriação coletiva da terra e estimulam as lutas sociais locais. Podemos apontar ainda as políticas do governo federal para o campo na Amazônia, desde 2003, que, através do INCRA, incentivam a formação de associações representativas para titulação de assentamentos coletiva, em substituição às políticas clássicas de assentamento em lotes individuais.

O estímulo à organização social não parte, única e exclusivamente, da necessidade de mobilização para transformação da relação desigual de poder. Os adversários no conflito também buscam definir quem são seus oponentes, com quem se deve negociar, quem são os representantes legítimos, etc. O conflito contra um ator difuso dificulta as formas de resolução dos problemas (SIMMEL, 1964). Por isso, há um estímulo crescente das mineradoras e dos órgãos públicos pela formação de novas instituições representativas comunitárias ou supra-comunitárias nas áreas de mineração.

Após quatro anos de incertezas e completo desaparecimento dos órgãos de regularização fundiária no Lago Sapucaá, em 2007, saiu, pelo INCRA, a demarcação de 25.000ha de terras em nome da ACOMTAGS, beneficiando mais de 1.400 pessoas em 28 comunidades entre o Sapucaá, Baixo Trombetas e Maria Pixi. Porém, esta área está repleta de outros grandes interesses. Encontra-se dentro e na zona de amortecimento da FLONA e abriga fazendas de pecuária de influentes políticos da região.

Todavia, a proposta do INCRA vai de encontro aos anseios das comunidades do lago e suas entidades representativas, tendo em vista que se limitam à titulação na área de amortecimento da Floresta Nacional. Uma das principais lutas do Sindicato pela terra, nas últimas décadas, foi reivindicar uma fatia de aproximadamente 10% da Floresta Nacional, mais as áreas da zona de amortecimento para titulação coletiva das comunidades caboclas às margens do rio Trombetas e lago Sapucaá. Segundo a moção impetrada pelo STRO, ARQMO, ACPLASA e outras instituições de Oriximiná, a FLONA, criada nos últimos quatro dias do mandato do então presidente José Sarney, foi: *“um ato antidemocrático recheado de autoritarismo e arbitrariedade - ainda sob o pensamento militar do regime ditatorial -, afastado da realidade, politicamente incorreto; socialmente excludente; economicamente, privilegiando a Mineração Rio do Norte”*. A FLONA é duramente criticada, em sua função preservacionista, por hospedar a atividade mineradora, que, segundo acusam, afetará cerca de 32,58% da Floresta Nacional, e por despossuir os povos tradicionais centenários dos seus direitos à terra e aos recursos naturais.

A Resistência no Lago Juruti Velho

A história da ocupação no lago Juruti Velho remonta ao período colonial, quando se fundou a Vila de Muirapinima, para catequizar os índios da tribo Mundurucus. Em

1930, a vila fez parte da Vila Amazônia, doada aos japoneses para promoção de cultivos agrícolas no Amazonas e no Pará. Nos anos 1950, a região atraiu muitos trabalhadores para as usinas de Pau-Rosa, que perdurou até 1970, quando a atividade acabou na região, por escassez da matéria-prima. A partir de meados de 1970, chegaram, com maior intensidade, as madeireiras, prometendo melhorias sociais e ameaçando o controle territorial dos moradores tradicionais e seus recursos naturais. Em todos esses momentos, apesar das diferentes atividades econômicas, a maior parte dos moradores do lago manteve um modo de vida agroextrativista pautado numa economia natural. Hoje, além das madeireiras e sojeiros, a transnacional ALCOA de mineração pressiona os territórios tradicionalmente ocupados, promovendo grandes transformações socioespaciais e culturais.

Desde 1979, madeireiras retiravam ilegalmente cavalares quantidades de madeira de lei da área da gleba Juruti Velho. O povo assistia imóvel à usurpação dos recursos naturais, limitando-se a denunciar aos órgãos públicos as irregularidades, que raramente eram averiguadas, ou, quando eram constatadas, não conseguiam ser contidas. A Igreja, sem sucesso, tentou organizar um movimento através da Pastoral dos Direitos Humanos, na década de 1980. Em 1999, após anos de indignação reprimida, restrita às reuniões comunitárias, a comunidade se levantou contra os madeireiros, chamando a atenção do poder público. Mesmo após a reação em Juruti Velho, a extração continuou, provocando uma nova ação de apreensão, em 2000, com o apoio da Polícia Federal.

Sem dúvida, os conflitos contra as madeireiras fizeram parte da gênese da articulação da comunidade do lago de Juruti Velho como um movimento político. Porém, foi a resistência ao projeto ALCOA que intensificou os processos de organização e mobilização das comunidades, para se defenderem da grande pressão sobre seu território. O resultado foi a consolidação do movimento, pela instituição de uma entidade representativa localmente forte, a Associação das Comunidades da Região da Gleba Juruti Velho - ACORJUVE. Anteriormente, havia apenas a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Muirapinima e outras cinco pequenas associações, que tinham pouco poder de representação, legitimidade e se restringiam a cada comunidade.

Com a ameaça da ALCOA sobre as terras comunais, especialmente as áreas de floresta, as reuniões com moradores de diferentes comunidades se tornaram mais frequentes. Eram, majoritariamente, os religiosos que tentavam alertar sobre os perigos de um empreendimento minerador de grande porte. Num destes encontros, por indicação

do INCRA, decidiu-se formar uma grande associação que fosse mais representativa na luta pela terra coletiva e que seria a responsável legal pelo futuro assentamento rural. As experiências de implementação de grandes organizações comunitárias vivenciadas pelas comunidades de Oriximiná também favoreceram a tomada de decisão. Em março de 2004, uma assembléia com mais de dois mil associados e unindo quarenta comunidades, fundou a Associação das Comunidades da Região da Gleba Juruti Velho.

A nova associação significou a união de todas as comunidades do lago Juruti Velho em defesa do território coletivo⁶. Se, no princípio, ela não era unanimidade - especialmente nas comunidades evangélicas -; hoje, com o fortalecimento político da instituição, a perspectiva de efetivação do assentamento agroextrativista e de implementação de outras políticas públicas, mais de 80% dos moradores e todas as comunidades do Lago estão associadas à ACORJUVE.

Do conflito com a ALCOA pela manutenção da terra e pela proteção dos recursos naturais, renasce, como bandeira de luta, uma reivindicação antiga das comunidades: o título da terra. Desde meados da década de 1990, a Igreja já buscava criar uma idéia de luta pela terra. Por meio de cartas ao INCRA e a políticos exigiam, sem sucesso, a titulação das terras da gleba Juruti Velho na Vila Amazônia. Com a pressão da mineração sobre as terras comuns e com a visibilidade que o empreendimento alcançou, a luta pela terra também tomou outra dimensão. A ameaça sobre as terras, somada aos conflitos antecedentes, criou um sentimento de identidade comum em torno do território do lago, ou seja, uma unidade de mobilização. Além disso, a visibilidade transnacional da empresa e sua importância regional e nacional propiciaram que as demandas do movimento, antes restritas à escala local, fossem ouvidas em múltiplas escalas.

A oposição à mineradora começa a assumir a forma de movimento de resistência, após a primeira audiência pública, em março de 2005, na cidade de Juruti. Num primeiro momento, houve uma aproximação da empresa em reuniões nas comunidades, para apresentar os argumentos, propostas e promessas empresariais. O trabalho de base da Igreja Católica estimulou a formulação de questionamento críticos por parte dos moradores. Pairava no ar uma sensação de incerteza, mas muitos ainda eram a favor. A audiência foi um divisor de águas, onde se definiu quem estava contra e a favor no município. Mesmo assim, algumas comunidades mais próximas aos platôs, que seriam

⁶ As comunidades em volta do lago são 25, associadas à ACORJUVE são quarenta e, englobando os limites da proposta de assentamento do INCRA da Gleba Juruti Velho, são sessenta comunidades.

diretamente mais afetadas, não entram na luta e apoiaram a ALCOA, visando às muitas promessas feitas pela corporação transnacional.

Foram as freiras da congregação dos Franciscanos de Maristela que iniciaram a articulação das redes sociais, ao questionarem o projeto e suas benesses. Para adquirir maiores informações sobre os danos dos megaprojetos mineradores industriais, se aproximaram da Paróquia de Oriximiná, de onde escutaram os relatos sobre os conflitos e problemas já vivenciados no caso MRN. A partir de então, as irmãs se lançaram a conscientizar o povo de Juruti sobre os possíveis problemas da atividade mineral com o apoio de suas redes sociais, como pesquisadores de Belém, representante dos quilombolas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná.

Aos poucos os moradores foram se conscientizando de que o dito desenvolvimento não tinha como ponto focal a melhoria de suas vidas. Os cinco mil empregos anunciados não eram para trabalhadores agroextrativistas, sem qualificação, e os mil jurutienses contratados para as obras e abertura da mata logo seriam demitidos, com o fim do período de instalação. Constataram que a infraestrutura que estava sendo montada não era para servi-los e, em alguns casos, até os excluía. Além do mais, poderiam vir a ser os mais prejudicados por deslocamentos compulsórios, perdas territoriais, escassez dos recursos naturais e a contaminação dos lagos e rios.

Os debates em torno do projeto de mineração reacenderam a movimentação em prol do título da terra. As comunidades colocaram como prioridade o controle sobre o território e passaram a pressionar os órgãos e a empresa. Por isso, durante a discussão do licenciamento ambiental o INCRA assumiu um termo de conduta, dando início à demarcação coletiva do Assentamento Agroextrativista de Juruti Velho.

A luta de resistência à ALCOA inicialmente foi travada de forma pacífica pela via da negociação, das denúncias nos meios de comunicação e das mobilizações em espaços públicos e nas audiências. A ocupação das áreas de extração ou canteiros de obra sempre são cogitadas, para pressionar o setor público e privado, e acabou sendo efetuado em 2009. Mesmo com a radicalização do conflito, os principais aliados do movimento de resistência, os MPs e a Igreja, tentam manter a luta pelas vias legais e da pressão política. A ACORJUVE, com o apoio da Igreja Católica, chegou até mesmo a organizar uma comissão de moradores, para contatar ministros, secretários e órgãos ambientais em Brasília, mas não obteve nenhum resultado. As comunidades rurais boicotavam as atividades e projetos propostos pela transnacional e reprime outras empresas em busca de

novas minas, alegando que não estavam interessados em novos projetos que ameacem suas terras e recursos naturais. A resistência do povo de Juruti Velho foi tão forte e atingiu uma visibilidade tão grande, que surpreendeu a própria mineradora. A empresa não esperava tanta hostilidade e resistência ao empreendimento na paupérrima região amazônica.

A Associação, como forma de pressão, decidiu só aceitar promover qualquer negociação definitiva após a demarcação do assentamento rural pelo INCRA. Esta posição faz parte de uma estratégia que objetiva garantir a homologação do assentamento agroflorestal no lago Juruti Velho e que, posteriormente, poderá representar uma forma de assegurar o repasse de indenizações justa aos atingidos. Com o Assentamento, a ALCOA seria obrigada, pelo artigo 11 do Código Mineral⁷, a repassar uma quantia em dinheiro referente à participação na produção das lavras localizadas no interior do Assentamento. Segundo as lideranças, assim que for assegurada a demarcação territorial, poderão ser traçados acordos com a ALCOA para projetos de curto e longo prazo, especialmente nas áreas de saúde, educação e geração de renda. O Assentamento com 109.551 hectares foi demarcado em 2006 e os moradores passaram a receber os valores referente aos royalties da exploração mineral em 2010.

Podemos perceber que a ação da Igreja em Juruti ultrapassa o método clássico de reunir os oprimidos em comunidades (CEBs), e assume uma posição centralizada na figura da irmã Brunilde, dando-lhe características específicas e influenciando diretamente no desenvolvimento da luta. Como colocou um dos entrevistados, a irmã é a estrela guia e eles são o “povo da irmã Brunilde” - principalmente os líderes comunitários. As redes de alianças em Juruti foram sendo lentamente costuradas. Nem mesmo os isolamentos físico, econômico ou de acesso aos meios de comunicação deixaram que o conflito ficasse restrito ao interior da floresta Amazônica. A rede de internet foi o meio para divulgar as contestações e as situações conflituosas. O apoio de ONGs ambientalistas para propagar as denúncias foi fundamental. As irmãs, com suas redes sociais a nível global, conseguem articular importantes alianças, capazes de fortalecer a luta pela terra.

Diferentemente do caso do Trombetas, onde os conflitos não se delinearam de forma explícita, o embate entre mineração e povos tradicionais atingidos, pois havia

⁷ 1º A participação de que trata a alínea “b” (o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra) do caput deste artigo será de cinquenta por cento do valor total devido aos Estados, Distritos Federais e Municípios e órgãos da administração direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais - LEI nº 8.901/94 (BRASIL, 2005: p. 32).

outros atores importantes no conflito, como IBAMA e ELETRONORTE, por exemplo; em Juruti, o conflito se deu declaradamente entre povos tradicionais atingidos e mineradora. Com isso, cabe-nos caracterizar o movimento emergente em Juruti como um movimento de resistência ao projeto ALCOA. Os conflitos se deram no confronto direto com os interesses territoriais e de recursos naturais da mineradora, sendo esta indicada pelos atingidos como o inimigo e o problema a ser vencido. Enquanto isso, em Oriximiná, os interesses do capitalismo minerador foram escamoteado pela ação de instituições públicas como o IBAMA (os “guardiães” territoriais), que exerceram e exercem o controle do território do entorno, afastando a mineradora do centro dos conflitos sociais – com exceção do caso do Projeto ALCOA no Trombetas.

Conclusão

A compreensão teórica sobre os movimentos populares em área de mineração ainda se encontra muito incipiente. Faz-se necessário um aprofundamento teórico e empírico, possivelmente buscando outras realidades, para consolidar a hipótese de que existem peculiaridades nestes movimentos. A princípio, entendemos que esta peculiaridade vai além das localização próxima às áreas de mineração e que estes movimentos acabam de alguma forma sendo um produto dos conflitos deflagrados na relação contraditória e dialética com as corporações mineradoras.

As organizações sociais resultam de processos históricos envolvendo relações desiguais de poder e conflitos sociais, que acabam por deflagrar mobilizações e ações sociais que se materializam em instituições políticas representativas. Em Juruti, assim como em Oriximiná, os povos tradicionais, em questão, apresentam, além da relação de parentesco, uma vivência coletiva muito intensa de solidariedade mútua, uso coletivo do território e histórias comuns de opressão e perdas no lugar. Foi a partir da relação desigual de poder com a transnacional mineradora e dos impactos correlatos dessa atividade que surgiram as mobilizações e ações sociais no entorno das áreas de mineração. As experiências e sentimentos gerados em conflitos passados e presentes permitiram a união e a solidariedade entre os atingidos, que recriaram antigas identidades sociais e territoriais, num processo de re-existência dos sujeitos e ressignificação do espaço.

Se formos comparar os movimentos nos dois momentos históricos e locais estudados, perceberemos, a grosso modo, que os movimentos no século XXI, especialmente em Juruti, incorporam mais a temática mineral em suas contestações. Isto é, além das questões centrais em relação à terra e ao meio ambiente, as questões sobre os *royalties*, as indenizações, responsabilidade empresarial e o desenvolvimento regional começaram a ser indagadas pelos atingidos e pela sociedade em geral. Tais indivíduos raramente almejam o fim da exploração mineral, mas visam a uma maior inclusão nos ganhos provenientes da exploração dos recursos naturais no seu território.

Esta mudança recente na maneira dos atores sociais atingidos reagirem no conflito, ao que tudo indica, ainda não alterou o cerne da questão da terra para recurso mineral. No entanto, este processo de transformação faz parte de uma reflexão da sociedade amazônica sobre os conflitos, impactos, desigualdades, pobreza e subdesenvolvimento deflagrados e potencializados pelas atividades minerais de grande porte na Amazônia nos últimos cinquenta anos.

Ressalta-se, portanto, que na Amazônia brasileira os conflitos não abarcam a questão mineral em si. Ou seja, não se discute o destino dos lucros provenientes da exploração dos recursos minerais, a distribuição igualitária dos recursos financeiros, os tipos de compensações, as propostas de desenvolvimento regional, as técnicas de extração, outras formas alternativas à extração mineral, etc.

Os conflitos em área de mineração na Amazônia não se sintetizam na oposição grandes corporações *versus* grupos atingidos. Eles envolvem uma variedade de instituições e sujeitos com diferentes interesses e planejamentos para o mesmo espaço geográfico. Constitui-se, nestas regiões, uma conjuntura de reordenamento espacial, campo de poder, conflito territorial e desequilíbrio ambiental, composta pelos seguintes atores:

- Os povos previamente estabelecidos atingidos pela mineradora, lutando por meio de organizações da sociedade civil (ARQMO, AMORCREQ – CPT ACORJUVE, STRO, STTRJ) por direitos territoriais-ambientais, étnicos ou consuetudinários;
- As grandes corporações nacionais, transnacionais ou *joint-venture* visando à reprodução do capital pela extração mineral (ALCOA e MRN, com seus acionistas);
- Os “ditos” proprietários de terras ou grileiros, munidos de documentações que comprovam a titularidade da terra e o direito a indenização ou *royalties* (famílias Valle Miranda e Abreu, Kalman Somody/Xingu S/A e família Almeida);

- O Estado, com suas políticas territoriais repletas de ambigüidades e de interesses políticos, econômicos e ideológicos (governos estaduais e federais e seus respectivos órgãos - INCRA, ITERPA, SECTAM, IBAMA, MPs federais e estaduais, DNPM e BNDES);
- Outras corporações capitalistas intencionadas em faturar com o planejamento regional financiado pelo Estado (Grupo Ludwig/JARI, Andrade Gutierrez e ELETRONORTE);
- As Igrejas Católicas, interessadas na emancipação política e religiosa das comunidades pobres, e as Igrejas Evangélicas;
- As ONGs e os pesquisadores das Universidades, que subsidiam cientificamente os discursos e organizam ações e projetos em ambos os lados do conflito (CPI-SP, GTA, CEDENPA, NAEA/UFPA, UFRJ, AMAZON, ECOMUM, CESUPA, FUNBIO, FGV, WRI, CI, ICCO, OXFAM, CAFOD).

Estes atores foram os encontrados nas duas áreas de estudo, mas não esgotam as possibilidades. Outras áreas de mineração podem apresentar outros tipos de organizações, instituições ou sujeitos sociais. Contudo, os atores sociais envolvidos nos conflitos sempre promoveram relações sociais às vezes convergentes, outras vezes divergentes, e ainda travam alianças ou embates, pretendendo constantemente atingir seus respectivos interesses individuais ou coletivos. Nenhum dos atores, nem mesmo os movimentos sociais populares, podem ser vistos de forma homogênea, pois no interior de cada um deles há diferenças, divergências, contradições e disputas por poder. Deste modo, admite-se que todos agem com certa ambigüidade, dependendo da situação, e são passíveis de mudanças de postura, ações, discursos e objetivos no espaço e no tempo.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H., HERCULANO, S. & PÁDUA, J. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. **Conflito e Mediação**. Os Antagonismos Sociais na Amazônia Brasileira segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, tese de doutorado, 1993.

_____. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol.6 N.01. ANPUR, maio de 2004 pp. 9-32.

ANTUNES, J. **A Missão nos Quilombos de Oriximiná**. VERBUM SVD, 2000.

BEBBINGTON, A., BEBBINGTON, D., BURY, F., LINGAN, J., MUÑUZ, J. & SCURRAH, M. **Los Movimientos Sociales Frente a la Minería: Disputando el desarrollo territorial andino** In. BENGUA, J (ed.) *Movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*. Santiago. Editorial Catalonia, 2007.

BRIDGE, G. **Contested Terrain: Mining and the Environment.** Annu. Rev. Environment Resource. N. 29, 2004. p. 205–259.

CASTEL, R. **Insegurança Social** – O que é ser protegido? Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade** – A era da informação: Economia, sociedade e cultura; V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, M. (Org.) **Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia.** Belém: NAEA, 2007

COTARELO, M. **Recursos naturales y conflicto social en la Argentina actual.** OSAL, ano VI, N. 17, 2005. p. 67-77

FERNANDES, B. **Movimento Social como Categoria Geográfica.** Terra Livre, São Paulo. N.15, p. 59-85, 2000.

GOHN, M. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Ed. Loyola. 5ed. [1997] 2006.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Fase e Petrópolis: Vozes, 1987.

RIBEIRO, A. **Outros Territórios, Outros Mapas.** OSAL. Ano VI, No 16, 2005. p. 163-173.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, [2004] 1996.

SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEOANE, J. **Movimientos Sociales y Recursos Naturales en América Latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 85-107, jan./abr. 2006

SIMMEL, G. **Conflict & The Web of Group-Affiliations.** New York: The Free Press, 1964.

SOUZA, M. **A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981.

TOURAINÉ, A. **Um Novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2006.

_____. **Os Novos Conflitos Sociais: Para evitar mal-entendidos.** Lua Nova. São Paulo: Jun. Nº 17, 1989.p. 5-18.

VAINER, C. **O Conceito de Atingido: Uma revisão do debate e das diretrizes.** Mimeo, 2003

WOOD, E. **Democracia contra Capitalismo: A renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo Ed., 2003.

ZIBECHI, R. **Poder y representación: Esse estado que llevamos dentro.** Chiapas: Revista Chiapas, 2002.